

A Percepção da Juventude do Distrito do Pecém após a Implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP

Mario Jorge de Freitas Alves

Mestre em Planejamento em Políticas Públicas - UECE

Roselane Gomes Bezerra

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC

Professora do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) – UFC

Resumo

Os anos se passaram desde a criação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP e da construção do Terminal Portuário do Pecém – TPP, ou simplesmente Porto do Pecém, como a mídia costuma chamar. O fato é que durante muito tempo o Distrito do Pecém pouco desfrutou das transformações econômicas e estruturais havidas em seu vizinho, o CIPP. Hoje, o Distrito parece estar novamente nos holofotes das autoridades. Recentemente ganhou nova pavimentação, reforma do mercado, praça de esportes, uma nova delegacia, sinalização vertical em algumas ruas. Porém, o que buscamos compreender é se essas mudanças estão em acordo com o que a comunidade local, mais especificamente os jovens em idade ativa, aqueles entre 18 e 29 anos, entendem como prioritárias ou necessárias para sua inclusão no novo modelo de sociedade criado a partir do CIPP, com mais possibilidades de emprego e maior propensão ao consumo. Durante nossa pesquisa de campo ouvimos relatos positivos acerca do Distrito, sobretudo quando se tratava da geração de postos de trabalho e de como isso influenciou na manutenção das pessoas na localidade. Em nossa opinião as pessoas se mostram satisfeitas com a presença do CIPP, com a infraestrutura existente no Distrito em termos de segurança, saúde, e não atendidas no que diz respeito a sua inserção no mercado de trabalho ali existente, sendo a reclamação maior a falta de cursos profissionalizantes.

Palavras-chave: Jovens. Trabalho. Qualificação Profissional.

Abstract

The years have passed since the creation of the Industrial and Port Complex of Pecém - CIPP and the construction of Terminal Port of Pecém - TPP, or simply Porto do Pecém, as the media often call. The fact is that for a long time the Pecém District just enjoyed the economic and structural changes havidas in its neighbor, the CIPP. Today, the district seems to be again in the spotlight of the authorities. Recently won new flooring, market reform, sports court, a new police station, road signs in some streets. But what we seek to understand is whether these changes are in accordance with the local community, specifically young people of working age, those between 18 and 29 years, they see as priority or necessary for inclusion in the new model of society created from the CIPP, more employment opportunities and greater propensity to consume. During our field research we heard positive reports about the District, especially when it came to the generation of jobs and how it influenced the maintenance of people in the locality. In our opinion, the people show satisfied with the presence of CIPP with the existing infrastructure in the District in terms of safety, health, and missed calls regarding their integration into there existing labor market, with the biggest complaint the lack vocational courses.

Key words: Young. Job. Professional Qualification.

Introdução

*“Cada dia mais se vê
carros rodando na rua
olarias, padarias
deixam a biosfera nua
preparando um futuro
duma Terra feia e crua.”¹*

O município de São Gonçalo do Amarante está situado a 60,1km da capital do Estado do Ceará, Fortaleza. Foi criado em 1933 tendo seu nome se dado em homenagem ao padroeiro do município. Localizado na microrregião denominada Baixo Curu², tem por municípios limítrofes: Caucaia, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Luís do Curu e Trairi. Abriga os distritos: Serrote; Croatá; Pecém; Colônia; Parada; Siupé; Taíba; e Umarituba.

Em termos populacionais, segundo os censos de 1991 e 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município de São Gonçalo do Amarante, que denominaremos apenas SGA, saltou de uma população de 29.286 habitantes em 1991 para uma população de 43.890 habitantes em 2010, uma elevação de 49,87%. Dados mais recentes do IBGE estimam sua população em 47.791 habitantes. Ressalte-se que o crescimento populacional apresentado pelo Estado no mesmo período foi da ordem de 32,76%. Ainda em relação aos dados censitários dos anos 2000/2010 do IBGE, verifica-se que a população de SGA possuía taxa média geométrica de crescimento anual da ordem de 3,9%, superior a média do Estado, que foi da ordem de 1,3%. E mais, em 2007, conforme publicação Anuário do Ceará 2009-2010, a população urbana do município de SGA correspondia ao percentual de 62,37% do total de habitantes da localidade. Essa informação diverge daquela constante no censo 2010, do IBGE, que apontava percentual de 65,02% da população como sendo urbana.

Em relação especificamente ao Distrito do Pecém, a elevação do número de habitantes foi ainda maior do que aquela ocorrida na sede do município, saltando de 5.362 habitantes em 1991 para 9.156 habitantes em 2010, representando 70,76% de aumento. E foi justamente esse crescimento acentuado do número de habitantes que me chamou a atenção, principalmente por trabalhar na Cearáportos, empresa portuária do Estado loca-

¹ Cordel O Clamor do Meio Ambiente, de autoria de Abraão Batista, 1ª Edição.N.º 1, Setembro/2011, faz parte do Projeto Cordel Vivo, vinculado ao Memorial do Cordel, Av. Azarias Sobreira, 368, CEP: 63.031-200, Juazeiro do Norte, Ceará.

² O Estado do Ceará está dividido geograficamente em 33 microrregiões. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual.

lizada no Complexo Industrial e Portuário Mário Covas, ou simplesmente CIPP, e vivenciar há pelo menos oito anos as dificuldades enfrentadas pelos residentes e demais pessoas que transitam todos os dias naquele distrito. Desde ruas estreitas, próprias de um lugarejo cuja origem histórica remonta a uma comunidade pesqueira, até a falta de hospitais, escola e policiamento adequados.

Imaginar que um empreendimento do porte do CIPP está logo ali ao lado do Distrito do Pecém nos faz pensar o quanto esse equipamento colabora em termos de oferta de infraestrutura e postos de trabalho à população local. Não apenas isso, mas também que alteração comportamental se criou em termos de expectativa, ou mesmo, perspectiva de futuro para a juventude local, ainda que não tenhamos dados quanto ao dimensionamento de empregos gerados a partir da implantação do CIPP. Assim é que entre os meses de agosto e setembro de 2015, por meio de realização de pesquisa de campo que consistiu na aplicação de questionário estruturado junto a uma amostra de 200 (duzentos) residentes no Distrito do Pecém, amostra essa escolhida de modo aleatório entre moradores dos bairros centro e mutirão³, pudemos verificar que aquilo que percebíamos de modo empírico estava em consonância com o que respondeu grande parte dos entrevistados, em sua maioria jovens entre 18 e 29 anos (51% da amostra), acerca da infraestrutura existente na localidade. Destaco que dentre o total de residentes que respondeu ao questionário, 54% (cinquenta e quatro pontos percentuais) reside na localidade em média a 33 anos.

A pesquisa foi um marco importante, pois permitiu que fossem identificadas e listadas as diversas “queixas” da população local. Porém, de modo a determinar o enfoque a ser seguido, e verificando mais detidamente os resultados, é que se optou em realizar pesquisa de campo ou em profundidade entre os moradores do Distrito do Pecém com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, de modo a consolidar a percepção desse público quanto às mudanças sofridas pelo Distrito do Pecém após a implantação do CIPP. Isso porquê, como citado anteriormente, a maioria dos que responderam ao questionário se localizavam na faixa etária entre 18 e 29 anos. A Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude define no §1º do art. 1º que são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Essa nova pesquisa, realizada entre os dias 2 e 7 de janeiro de 2016 se deu pelo método da saturação. Isto é, tão logo se pôde perceber que as respostas se repetiam a pesquisa foi encerrada.

Em relação às respostas dos questionários estruturados aplicados no distrito, e como resultado, verificamos diversas reclamações, que atingem às áreas de saúde, educação, segurança, saneamento básico, lazer, entre outras, sendo a falta de policiamento e postos policiais aquela que obteve maior número de manifestações, seguida da inexistência de médicos em especialidades diversas e a falta de medicação nos postos de saúde, além da falta de praças, de ruas amplas para circulação de pessoas e veículos, sinalização e sanea-

³ Bairro localizado entre as Avenidas Antonio Brasileiro e Beatriz Braga.

mento básico. Abaixo, demonstro de forma resumida as principais manifestações entabuladas a partir dos dados existentes nos questionários aplicados.

- Saúde
 - Médicos inexperientes;
 - Ausência de remédio nos postos de saúde;
 - Inexistência de médicos especialistas;
 - Coleta de resíduos insatisfatória;
- Educação
 - Ausência de escolas de qualidade;
 - Ausência de professores capacitados;
 - Ausência de escolas profissionalizantes para os jovens;
- Segurança
 - Postos policiais insuficientes/inexistentes;
 - Iluminação precária;
 - Ausência de viaturas em número suficiente;
- Saneamento
 - Ausência de rede de esgoto;
 - Ausência de manutenção na rede existente;
- Infraestrutura
 - Pavimentação com material de baixa qualidade;
 - Ruas sem calçamento;
 - Ruas estreitas;
 - Ausência de sinalização;
 - Ausência de guardas de trânsito;
- Lazer
 - Ausência de praças;
 - Calçadas necessitam de reforma;
 - Calçadão mal iluminado;
 - Ausência de pistas de skate ou quadras de esporte.

Assim, o objetivo principal deste trabalho é de verificar como a juventude do Distrito do Pecém, isto é, jovens entre 18 e 29 anos residentes na localidade avaliam as mudanças havidas no local, suas perspectivas, seu nível de satisfação no que tange aos postos de trabalho criados no CIPP, assim como a resolubilidade das necessidades surgidas em decorrência do aumento já destacado do número de residentes, e as políticas públicas e emprego, formação profissional, saúde, segurança, infraestrutura e lazer existentes. Para tanto, julgamos necessário identificar a percepção dos envolvidos: juventude, governo e sociedade organizada.

A relevância do tema abordado se dá pelo fato de que a administração pública no Ceará vem utilizando o CIPP como uma das principais políticas de desenvolvimento

econômico do Estado, mais importante até do que o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI, dada a sua capacidade de atração de novos investimentos. Essa relevância se dá, ainda, em função de o CIPP trazer a reboque melhoria de infraestruturas locais, como: rodovia, ferrovia, sistema elétrico e hidráulico. Com a infraestrutura adequada era de se esperar que a população fosse beneficiada com a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados, sobretudo nas áreas: saúde, educação, segurança e lazer, o que como comentamos em parágrafos anteriores, não é o que percebemos no dia a dia.

1 Indicadores do Município de SGA

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE veicula por meio de publicação intitulada Anuário Estatístico do Ceará⁴ o Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM, que busca, segundo aquele instituto, criar um índice que consolide 30 indicadores subdivididos nos grupos: fisiográficos; fundiários e agrícolas; demográficos e econômicos; infraestrutura de apoio; e sociais. Em referência ao grupo de infraestrutura e apoio, as variáveis analisadas para o cálculo são: agência de correios por 10.000hab.; agências bancárias por 10.000hab.; veículos de cargas por 100hab.; % de domicílios com energia elétrica; coeficiente de proximidade com a capital do Estado; rede rodoviária por área do município; e canais de radiodifusão. Nas tabelas abaixo apresentamos o resultado alcançado por SGA em comparação com o Estado do Ceará entre os anos de 2006/2010 em relação aos 4 grupos componentes do IDM, e com relação às variáveis componentes do grupo 3, infraestrutura de apoio.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) - Infraestrutura de Apoio

Municípios	Índice do Grupo 3	Ranking	Classe	Agências de Correios por 10.000hab. (2010)	Agências Bancárias por 10.000hab. (2010)	Veículos de cargas por 100hab. (2010)	% de domicílios com energia elétrica (2007)	Coeficiente de proximidade (2007)	Rede rodoviária por área do município (2007)	Canais de radiodifusão (2007)
Ceará				0,25	0,46	2,6	36,34	-	-	485
SGA	40,38	30	2	0,23	0,46	1,77	300	91,81	0,16	2

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)

Ceará	Global		Fisiográficos, Fundiários e agrícolas		Econômicos		Infraestrutura		Sociais	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
2006										
Fortaleza	89,55	1	59,46	19	99,79	2	100	1	100	1
SGA	40,89	22	56,62	30	36,46	22	36,67	19	33,02	89
2010										
Fortaleza	73,96	1	28,37	56	90,34	2	100	1	75,08	5
SGA	47,91	7	46,82	20	62,01	6	40,15	11	42,74	42

⁴ O Anuário Estatístico do Ceará é um documento produzido anualmente desde o ano de 1985, onde são agregados dados e informações sobre as características geográficas, demográficas, sociais e políticas do Estado, bem como dados sobre a economia e finanças.

É perceptível a melhoria nos índices do município de SGA, sobretudo no tocante aos Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM em que o município ganhou várias posições entre os anos de 2006 e 2010. No entanto, outras variáveis devem ser analisadas quando se pretende verificar que tipo de planejamento urbano está se desenvolvendo no município, não apenas agências de correios e agências bancárias, mas aquelas variáveis mais intimamente relacionadas aos serviços prestados pelo poder público e disponibilizados à população, tais como: rede de saneamento básico, consumo de energia elétrica, número de hospitais, escolas, dentre outros.

Ainda no tocante à população residente na região do CIPP, ou em seu entorno, estudo realizado pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará intitulado Pacto pelo Pecém afirma que a infraestrutura básica projetada pelo Governo do Estado do Ceará (água, esgotamento, energia, sistema rodoviário e comunicação) está dimensionada para o atendimento de uma população urbana de até 150 mil habitantes, nas áreas suscetíveis à expansão urbana no entorno do CIPP.

Por meio de publicação veiculada pelo IPECE intitulada Perfil Básico Municipal⁵, bem como, por meio do Anuário Estatístico do Ceará, sintetizo alguns indicadores e dados quantitativos, que demonstro nos quadros e tabelas abaixo, onde se vê, a despeito das manifestações dos residentes no distrito do Pecém, taxas de cobertura de serviços de água e esgoto e consumo de energia elétrica em franca expansão quando analisado o município de SGA como um todo, indo ao encontro daquilo que foi relatado no Pacto pelo Pecém.

Quadro 1 - Valores de Infraestrutura Básica do município de SGA

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (*)	2009	2010	2011	2012	2013
Saneamento												
Abastecimento de Água												
Captação (m³)	1.824	4.026	4.606	5.280	5.422	5.820	-	6.483	7.043	7.827	8.009	8.004
Rede de distribuição (m)	34.512	3.578	3.586	4.303	4.388	4.703	-	5.304	6.361	6.425	7.451	7.904
Volume produzido (m³)	775.872	875.896	908.535	1.506.535	1.580.130	1.219.485	-	1.003.072	1.380.697	1.395.317	1.754.864	1.811.703
Taxa de cobertura de água urbana (%)	-	-	-	-	76,04	75,35	-	76,07	75,67	75,76	77,59	86,69
Esgotamento sanitário												
Captação (m³)	984	1.073	736	1.372	1.446	1.528	-	1.852	1.803	2.256	2.268	2.513
Rede coletora (m)	31.888	1.018	764	1.110	1.304	1.476	-	1.754	1.858	2.107	2.507	2.305
Taxa de cobertura de esgoto urbano (%)	-	-	-	-	19,82	26,66	-	26,50	26,51	25,79	24,1	33,51
Energia Básica												
Consumo de Energia Elétrica (MWh)												
Residencial	6.528	8.096	1.719	9.324	8.888	10.181	-	11.307	14.877	2.809	17.305	18.527
Industrial	2.047	1.928	273	2.743	4.553	4.085	-	25.544	46.030	13.013	46.889	67.525
Comercial	5.128	8.550	649	11.580	12.361	10.403	-	25.089	17.027	854	20.440	25.313
Outro	2313	1.086	1.016	4.814	6.000	7.826	-	8.086	9.003	1.360	9.261	9.388
Pública	2.638	2.925	1.686	4.117	4.418	4.826	-	6.067	6.024	1.403	7.510	9.362
Própria	37	37	-	100	91	89	-	101	104	-	183	109
Hydroel												

(*) Não há disponibilidade.

5 O Perfil Básico Municipal é um documento elaborado anualmente pelo IPECE visando apresentar um retrato para cada um dos 184 municípios do Estado e, que está estruturado com dados sobre caracterização geográfica, aspectos demográficos e sociais, infraestrutura, economia e finanças, e por fim política. Desse modo, com este documento, almeja contribuir para a formação e divulgação de ampla base de indicadores sobre os municípios cearenses subsidiando o planejamento de projetos, programas e políticas públicas por parte dos gestores municipais.

Os números demonstram de modo mais claro o adensamento populacional que tomamos como ponto de partida para nossa análise, uma vez que entre 2002 e 2013 as ligações reais tanto em relação ao abastecimento de água quanto de esgotamento sanitário mais que dobraram, assim como o consumo de energia. De outro modo, considerando que tais números refletem a realidade da localidade, é possível ainda citar um esforço do governo local no sentido de prover a maioria das residências urbanas com rede de distribuição de água e esgotamento sanitário, sobretudo entre os anos de 2012 e 2013 quando a taxa de cobertura urbana deu um salto, alcançando 99,69% no que se refere a distribuição de água e 53,51% quanto ao esgotamento sanitário.

2 O CIPP

O CIPP, como é popularmente conhecido, surgiu como elemento capaz de fundamentar e atender as demandas industriais e empresariais do Ceará iniciadas na década de 1970, constituindo-se como um dos projetos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará 1995-1998, havendo integrado, no âmbito federal, os programas Brasil em Ação e Avança Brasil. Criado em 1995, o CIPP está situado nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, litoral oeste do Ceará, distante a 50 km de Fortaleza, possuindo área de 13.337 hectares

O CIPP teve ordem de serviço para sua construção assinada em 1996. Sua construção objetivava, ainda, dotar o Estado do Ceará de infraestrutura adequada para o recebimento de uma refinaria e de empresa siderúrgica, esta última com a construção em pleno andamento. Com a construção do CIPP, obras de infraestrutura foram realizadas, tais como: rodovia de acesso, acesso ferroviário, sistema elétrico, gasoduto, abastecimento de água, vindo a alterar o contexto social da população residente, sobretudo no Distrito do Pecém, em sua maioria pescadores. Conforme relatos colhidos à época da construção junto ao Sr. Luiz Eduardo Barbosa de Moraes, então subsecretário da Secretaria de Transporte, Comunicação, Energia e Obras (SETECO), equivalente nos dias de hoje a Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA): “a questão não foi só desenvolver o projeto do porto. Esse projeto é muito mais complexo. Não pela questão da engenharia, mas pela transformação, pelos impactos sociais e econômicos que traz para a região nesse primeiro momento, depois numa área muito mais ampla, em todo o Estado do Ceará. Então o governo do Estado do Ceará resolveu criar um grupo de trabalho da região do Porto do Pecém (...) para que toda a população fosse beneficiada com esse empreendimento e não massacrada, porque isso acontece se não tiver

cuidado, a coisa vem de forma desvirtuada, que pode afetar de maneira definitiva aquela comunidade que era uma simples vila de pescadores”.⁶

O CIPP tem como uma de suas finalidades agir como indutor de novos negócios, cadeias produtivas, como é o caso, por exemplo, do pólo metal mecânico que ali está se instalando. Se o Terminal Portuário consumiu investimentos da ordem de R\$396 milhões, a Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP em seu sítio oficial anuncia um investimento de US\$5,48 bilhões. A CSP é um forte elo na consolidação do citado pólo e na geração de empregos diretos e indiretos na região. No último dia 10 de maio de 2016, o Jornal Diário do Nordeste publicou matéria intitulada “CSP começa a produzir coque; 99,6% das obras concluídas” em que destacava que “demandas geradas a partir da operação da CSP têm potencial para atrair 100 empresas especializadas em diversos setores para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém nos próximos 10 anos, totalizando um investimento de R\$3 bilhões”.

3 O Distrito do Pecém e os resultados da pesquisa

A Vila do Pecém foi criada em 4 de dezembro de 1933, através do Decreto n.º 1.156 e elevada a condição de distrito de SGA em 1963 através da Lei n.º 6.512. Segundo Rodrigues & Filho (2007), a denominação foi dada pelos índios Anacés, povos litorâneos que habitavam a região nos tempos da colonização, significando “praias entrecortadas por córregos”. O censo 2010 do IBGE apontava para uma população de 9.156 habitantes, dos quais 2.711 situados em seu núcleo urbano. Conforme dados da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do relatório Pacto pelo Pecém, o acesso principal ao distrito é feito pela rodovia federal BR-222 até o entroncamento dessa com a rodovia estadual CE-422, que dá acesso ao Porto do Pecém. O acesso pode ser feito, ainda, através da CE-421 ou da CE-085 (via estruturante).

Não seria demais repetir que o Distrito à época da construção do Terminal Portuário do Pecém – TPP, abrigado pelo Complexo Industrial, era tão somente uma vila cuja atividade principal desenvolvida por seus moradores era a pesca e o artesanato. Nas palavras de Maria do Socorro Costa Rodrigues: “O artesanato era atividade essencialmente feminina. A pesca, por sua vez, destacava-se como principal fonte econômica do vilarejo, assim como a cultura de subsistência. Nos tempos invernosos, cultivavam-se em maior escala o feijão, arroz, milho, mandioca e algodão”.

⁶ Relato colhido no livro Pecém uma trajetória portuária de autoria de Maria do Socorro Costa Rodrigues e Luciano Moreira de Sousa Filho, lançado pela Editora Expressão Gráfica no ano de 2007.

Então, a onda desenvolvimentista que se iniciou na localidade na metade dos anos 90 com o início da construção do TPP alterou e trouxe maior complexidade às relações existentes no vilarejo. Chegavam pessoas de outras localidades para trabalhar nas obras do Terminal, o comércio cresceu, surgiram postos de trabalho. Citando ainda Maria do Socorro Costa Rodrigues: “surgiram novas edificações, muitas casas passaram por significativas melhorias, houve crescimento do comércio de abastecimento (mercadinhos, padaria, lanchonetes, postos de gasolina, restaurantes, etc)”.

Era necessário que as pessoas ali residentes se adaptassem à nova realidade em que ao invés da pesca teriam que aprender a soldar, a cumprir com jornadas de trabalho, isto é, horários delimitados, a caminhar pelas ruas estreitas disputando os espaços com veículos que por ali passaram a circular, tudo isso em detrimento do pacato vilarejo de outrora. Em relação ao distrito em análise, a transmissão cultural parece ter sido facilitada no que tange ao embate de ideias e a participação por parte dos que ali residiam, pois se tratava de uma comunidade de “homens comuns”, cujo poder decisório “é circunscrito pelo mundo do dia-a-dia em que vivem, e mesmo nesses círculos de emprego, família e vizinhança frequentemente parecem impelidos por forças que não podem compreender nem governar. As ‘grandes mudanças’ estão além de seu controle, mas nem por isso lhes afeta menos a conduta e as perspectivas. A estrutura mesma da sociedade moderna limita-os a projetos que não são seus...” (Mills, 1975: 11). Não havia nada para se decidir. Havia, sim, que se preparar para as mudanças e se adaptar a elas.

No dia 16 de maio de 2014 durante a solenidade de apresentação do documento “Cenário Atual do Complexo Industrial e Portuário do Pecém”, que ocorreu no auditório 13 de maio, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, um membro da Associação Comunitária de Corrupião destacou que sua preocupação ia além da geração de empregos pelo CIPP dizendo:

“Na região do Pecém estamos tendo impactos diretos não sobre nosso trabalho, mas sobre nossa vida. O crescimento urbano tem sido desregulado. Hoje no Pecém o metro quadrado custa R\$320,00”.

Em que medida e que relações vem sendo alteradas com as intervenções realizadas no Distrito do Pecém? Partindo do pressuposto de que os novos negócios existentes atraem pessoas das mais diversas localidades, a demanda existente por serviços públicos como saúde, educação, mobilidade e infraestrutura deve ser readequada? As relações, sobretudo de capital e trabalho são diretamente afetadas pela interação dos personagens, quer sejam públicos ou privados. Para Ruiz & Gandara (2013) “a cidade é entendida como produto da interação entre agentes sociais pertencentes à iniciativa privada, ao poder público e a socie-

dade civil”. Como consequência a essas transformações, é que se concorda com o ponto de vista de Edis Milaré (2005, p.717) de que “os elevados índices de urbanização e, inversamente, os baixos níveis de urbanismo vêm criando situações insustentáveis para o Poder Público e a coletividade. O inchaço dos centros urbanos (aumento desregrado da população) não tem encontrado o contrapeso das estruturas urbanas necessárias (moradia, trabalho, transporte e lazer), gerando-se daí formas endêmicas de males urbanos. E – o que é pior – o fascínio das cidades e a concentração populacional crescem sem o necessário controle quantitativo e qualitativo desse crescimento”. O baixo índice de urbanismo seria, sem levar em conta a interação das relações sociais, o próprio desenho urbano das cidades.

O crescimento do Pecém, como dito anteriormente, se deu de modo acelerado, e conseqüentemente, expôs problemas de infraestrutura da antiga vila de pescadores. As ruas estreitas e de terra batida não suportariam o fluxo de veículos, os novos moradores abarrotaram as pousadas e as casas anteriormente utilizadas para veraneio, faltavam hospital e postos de saúde em número suficiente para atendimento da demanda, educação e opções de lazer também não eram as adequadas. Enfim, o caos urbano se instalou; porém, e mesmo em meio às dificuldades, a percepção da juventude era de que tudo aquilo fazia parte, ou melhor, era necessário ao alcance do progresso. A esse respeito Scott (1994) apud Teles (2013) diz que “a emergência e a expansão dos setores de produção flexíveis e a internacionalização maciça do capitalismo moderno tiveram profundas repercussões sobre a prosperidade das regiões metropolitanas no mundo contemporâneo. Nas últimas décadas assistiu-se a transformações significativas na estrutura das grandes cidades e uma vigorosa reestruturação geográfica global da urbanização como resposta a essas tendências econômicas”. Cada melhoramento foi saboreado como uma conquista.

“Antes era só chão de terra, aí começou a surgir os paralelepípedos, que era como se fosse asfalto naquele tempo.”⁷

Para Alcântara & Avelino (2013): “com a instalação do Complexo Industrial e Portuário de Pecém e a inobservância dos limites naturais, a degradação ambiental foi agravada, houve profunda mudança na comunidade pesqueira, modificando a relação homem-natureza, submetendo assim o ambiente e a comunidade a transformações econômicas, sociais, ecológicas e culturais profundas”. Complementando, Santos (2013) diz que “embora próxima da capital cearense, a localidade do Pecém, que possui 35 mil residentes (dados do programa saúde da família) sofre com a superlotação das suas vagas de hospedagem e

⁷ Entrevista concedida por jovem de 29 anos do sexo masculino, morador do Distrito do Pecém, em 3/1/2016.

casas de veraneio aos finais de semana. O fenômeno é explicado pelo fato de que ao invés de retornarem para as suas cidades natais aos finais de semana de trabalho – boa parte dos portuários vem de Fortaleza e de outras cidades vizinhas, como Paraipaba, Paracuru e Caucaia -, muitos trabalhadores preferem permanecer em Pecém e trazer seus familiares para usufruir das praias e clubes locais. Não são raros aqueles que, por trabalharem no Porto trazem suas famílias de outros estados para residir na localidade”. A pouca oferta por serviços de hospedagem e a elevada procura apesar de criarem oportunidades de negócio, também penalizam os moradores na medida em que esses percebem a elevação nos preços de imóveis e terrenos.

“Aqui era apenas uma vila de pescadores, poucas casas, muito humildes, simples. As pessoas viviam da pesca e de empregos da prefeitura. Tinha o posto de saúde, tinha uma escola. Não tinha perspectiva tipo de um advogado, médico, dentista... não tinha nem faculdade, hoje já tem.”⁸

Os relatos históricos acerca da vila de pescadores dão conta de um Pecém com poucas casas, ruas de areia, sem acesso, com muitos sítios e cajueiros. Tinha na devoção de sua gente o marco daquele vilarejo (RODRIGUES: 2007). Tanto assim que a primeira capela, construída sobre as dunas foi demolida, e prontamente construída em seu lugar uma praça e uma nova igreja, existente até os dias de hoje.

À época da realização da aplicação do questionário estruturado, 22% das pessoas entrevistadas entendiam que a pavimentação existente no Distrito foi feita com material de má qualidade, apresentando pontos de afundamento, Outros ainda pontuaram sobre a existência de ruas estreitas e sem calçamento. Porém, os jovens entrevistados parecem estar satisfeitos, não havendo pontuado sobre nenhum dos problemas citados.

“Aqui no Pecém era totalmente diferente, não tinha tanta casa, era mais coqueiro. Pessoal vivia da pesca. Hoje a pista está perfeita, não tem nenhum buraco.”⁹

Para Lefevbre (2010): “o processo de urbanização de muitas cidades brasileiras acontece de forma desordenada, com muita rapidez e intensidade, fora do controle público de

⁸ Entrevista concedida por jovem de 25 anos do sexo feminino, moradora do Distrito do Pecém, em 3/1/2016.

⁹ Entrevista concedida por jovem de 21 anos do sexo masculino, morador do Distrito do Pecém, em

cadastro. As áreas urbanas apresentam, genericamente, alguns equipamentos e empreendimentos que, em função de sua natureza, atraem para o seu entorno usos e ocupações inadequados. Por sua vez os usos e ocupações inadequados trazem consequências danosas e imprevisíveis para a qualidade de vida local, atingindo as necessidades básicas de saúde, educação, segurança, dentre outros fatores primordiais para o sustento adequado de uma comunidade”.

De fato sua gente simples sequer imaginava que um dia aquela localidade viria a abrigar um complexo de tamanha dimensão econômica para o Estado. Mas o início das obras do TPP, e a chegada da empresa Andrade Gutierrez, executora do projeto, fez mudar não apenas a paisagem da pacata vila, mas em seus moradores a condição de imaginar um futuro diferente para suas famílias. Muitos trocaram a vida simples, de subsistência, por emprego na construção civil, na obra do porto, o que lhes possibilitava adquirir bens, algo difícil em sua condição financeira anterior, conforme relatos dos jovens da localidade, abaixo.

“Era tranquilo. Tenho 2 irmãos pescadores. Meu avô era pescador e meu pai era caminhoneiro. Vivia em paz e sem briga. Teve um tempo que ficou demais, depois que chegou gente de fora. As vezes chegava de 15 a 20 ônibus de pessoal de fora...a gente chamava de farofeiro. Eu pegava uma badeja de camarão e saía vendendo. Ostras. Pegava lá na barra, porque antes não era poluída. Não tinha oportunidade de emprego, só o mar. Tinha umas ruas que eram calçamento, tinha umas ruas que ainda eram areia. Todo mundo queria morar aqui porque era o paraíso. O de comer não faltava. Mas a parte financeira, ter uma televisão, um guarda-roupa, a gente botava em caixa. Aí eu arrumei uma mulher e queria uma coisa a mais...do mar dava pra sobreviver com a família, mas não dava pra ir além, comprar uma coisinha a mais.”¹⁰

Chamou nossa atenção não apenas a mudança de perspectiva dos moradores do distrito quanto as novas possibilidades de trabalho, mas também no que diz respeito às suas necessidades de consumo.

“A gente viu os empregos chegando quando começou a construção, com a empresa Andrade Gutierrez, aí mudou, a partir da obra. Muita

7/1/2016.

¹⁰ Entrevista concedida por jovem de 27 anos do sexo masculino, morador do Distrito do Pecém, em 5/1/2016.

gente de fora e muita gente daqui trabalhou também. Muita gente daqui pegou muitas funções que nem sonhavam ter. Quando falo função não digo pro lado do estudo, mas o emprego em si. Começava embaixo, ajudante, encarregado, batendo xerox, depois foi ser almoxarife, ia ganhando oportunidade. Mas muitos não sabem agarrar. Muitos fizeram sua casinha própria, conseguiram seu transporte, deram uma educação melhor pros filhos...com o Complexo mudou totalmente.”¹¹

Sair de uma condição de subsistência para se sentir parte da sociedade de consumo, das trocas simbólicas imposta pelo ideário capitalista, fez com que a juventude daquela localidade percebesse a implantação do CIPP como uma ponte para obtenção de uma melhor qualidade de vida. É na internalização das necessidades e imperativos do capital como sendo próprios dos moradores e inseparáveis em suas relações de troca que se finca o pensamento do capitalismo moderno (MÉSZAROS:2006, p.628). Nesse ponto pode ser sentido diretamente o efeito não apenas do desenvolvimento econômico, mas também da urbanização que se iniciou naquele distrito.

“...a grande diferença de antes pra agora é a qualidade de vida das pessoas. Era bom pela paz, mas por outro lado era miséria 10 anos atrás. Tinha gente que não sabia nem o que era um carro, uma tv.”¹²

O processo de urbanização do distrito veio a reboque da implantação do CIPP e não como algo planejado. Planejamento urbano, nas palavras de Silva (2006) é “um processo técnico instrumentado para transformar a realidade existente no sentido de objetivos previamente estabelecidos”.

Prova de que a participação dos moradores nas decisões que envolviam o distrito foi mínima é que durante muito tempo faltou policiamento adequado, educação de qualidade, pavimentação, sinalização, assistência médica, saneamento básico, cursos técnicos profissionalizantes, lazer, pra elencar alguns dos problemas existentes e já relatados a partir dos dados colhidos por meio dos questionários aplicados na localidade. Alguns autores como Ferreira (2003) e Jacobs (2011) defendem que “ao contrário dos países industrializados, o grave desequilíbrio social que assola as cidades brasileiras – assim como outras metrópoles

11 Entrevista concedida por jovem de 25 anos do sexo masculino, morador do Distrito do Pecém, em 4/1/2016.

12 Entrevista concedida por jovem de 21 anos do sexo masculino, morador do Distrito do Pecém, em 7/1/2016.

da periferia do capitalismo mundial – são resultantes não da natureza da aglomeração urbana por si só, mas sim da nossa condição de subdesenvolvimento. Em outras palavras, as cidades brasileiras refletem, espacialmente e territorialmente, os graves desajustes históricos e estruturais da nossa sociedade”. Não podemos esquecer que o Brasil foi uma colônia de exploração portuguesa, em que não havia preocupação com a forma como as cidades se organizavam.

Retomando a discussão inicial, podemos entender que o capitalismo, por meio da arquitetura e urbanismo moderno, tem encoberto desajustes de cunho histórico e cultural de nossa sociedade em prol da manutenção de privilégios de grupos dominantes. Isso porque é bem provável não haver o atingimento de um nível de industrialização e criação de valor numa mesma proporção em que se dá o adensamento populacional pós-urbanização/industrialização, apesar de haver uma espécie de mito em torno do crescimento populacional atrelado ao desenvolvimento econômico.

4 Considerações Finais

O círculo vicioso está formado. Um adensamento populacional que não se justificaria pelo número de vagas ou posto de trabalho criados, uma alavancagem em termos de arrecadação de tributos que não suportaria investimentos necessários em novas infraestruturas. E mesmo diante de tal situação, jovens que se mantêm fetichizados pelo discurso de que por meio do CIPP terão emprego e qualidade de vida. Lefebvre (2000) ao escrever sobre a ilusão urbanística defende que: “de fato, o urbanismo, visto de perto, dissocia-se. Existem diversos urbanismos, o dos humanistas, o dos promotores imobiliários, o do Estado e o dos tecnocratas”. Para mim o processo de urbanização se deu de modo não planejado e sem qualquer controle por parte do poder público. É como se para o Estado interessasse apenas garantir que não haveria invasão urbana (residencial) dentro do CIPP, sendo o entorno de responsabilidade exclusiva dos Governos Municipais, não havendo, entretanto qualquer coordenação das ações que deveriam ser tomadas, ou mesmo um instrumento que garantisse ou comprometesse essas administrações a tomarem as medidas necessárias antevendo a elevação do contingente populacional. O grau de relevância/importância do CIPP para os jovens do distrito, contudo, pode ser medido quando nos relataram a existência de expectativa de conseguir um emprego, citando que antes da implantação do complexo e do TPP era comum os jovens migrarem para outras localidades em busca de emprego. É evidente que houve benefício nesse tocante; mas o que nos aflige é o nível dos cargos para os quais esses jovens estão sendo preparados. Sem qualquer demé-

rito a qualquer espécie de emprego, teria um valor agregado bem maior para a localidade se esses jovens estivessem amparados por cursos profissionalizantes, faculdades, instituições de ensino que os preparassem para concorrer por cargos com salários maiores, o que não ocorre na prática. E mais, durante as entrevistas foi relatado por alguns jovens que para se ter acesso a estes empregos é preciso fazer parte dos blocos políticos existentes ou mesmo “soltando algum”, demonstrando traços do clientelismo presentes na cultura brasileira.

O CIPP está longe de alcançar sua maturidade. Seu nível de ocupação por grandes empreendimentos ainda é baixo se comparado a sua capacidade; porém, é de conhecimento público a existência de diversos protocolos de intenção para implantação de novos negócios, muitos irão adiante, outros tantos não, mas o fato é que num horizonte de 15 a 20 anos muitos novos residentes circularão pelas ruas do distrito, muitos novos postos de trabalho serão abertos, muitos novos jovens do distrito deverão estar preparados para fazer parte desse desenvolvimento, como protagonistas e não mais como coadjuvantes. Mas para que isso ocorra é preciso que programas de qualificação sejam promovidos pelo poder público, que haja planejamento para suprir a localidade dos serviços necessários e demandados a partir de uma urbanização acelerada.

5 Referências Bibliográficas

_____. **Anuário Estatístico do Ceará**. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/Index.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

ALCÂNTARA, Selma Maria Peixoto; AVELINO, Flávia Regina Fróes. Transformações Socio-ambientais: uma visão sobre o desenvolvimento no Pecém. **Revista Gestão & Desenvolvimento**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2013.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Cenário Atual do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. 11 de maio de 2014, plenário 13 de maio, Deputado José Albuquerque e membros do conselho de altos estudos e assuntos estratégicos.

BATISTA, Abraão. **Cordel O clamor do meio ambiente**. Projeto Cordel Vivo, 1ª edição, 09/2011.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Alcances e limitações dos instrumentos urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas. **Artigo apresentado em Vª Conferência das Cidades – Câmara Federal**, 02 de dezembro de 2003, Brasília.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil- 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 fev. 2011.

_____. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 jan. 2011.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Ceará em Números 2012**. IPECE, Fortaleza, 2013.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE. Henri. **A Produção do Espaço**. Paris: Editions anthropos, 2000.

_____. **A Revolução Urbana**: da cidade à sociedade, níveis e dimensões, a ilusão urbanística. Belo Horizonte: UFMG. 2004.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RODRIGUES, Maria do Socorro Costa & FILHO, Luciano Moreira de Sousa. **Pecém uma trajetória portuária**. Editora Expressão Gráfica, 2007.

SANTOS, Potyguara Alencar dos. **Reelaboração étnica e novas redes de desenvolvimento no Nordeste brasileiro**: A etnogênese Anacé e os projetos de grande escala da Costa do Pecém (CE). 2013. 199 folhas. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2006.

TELES, Glauciana Alves. A mobilidade do trabalho e a metropolização: um estudo sobre o complexo industrial e portuário do pecém – Ceará – Brasil. **Artigo apresentado em Encontro de Geógrafos de América Latina**, Peru: 2013.